

O PÚBLICO E A REPÚBLICA*

Luiz Felipe Falcão

A idéia de república traz consigo quase que naturalmente a imagem de um público motivado para sustentá-la. Por isso, ela tende a ser vista como a expressão mais acabada de uma forma de governo onde o público é chamado a interferir nas decisões que possam afetar o destino de toda a coletividade que ele reúne. Assim, uma visão apressada da atuação das lideranças republicanas brasileiras, nas últimas décadas do século passado, poderia levar a crer que elas estivessem empenhadas ativamente na promoção de um público que desse amparo às suas proposições. No entanto, o relacionamento dos republicanos com o público jamais foi tão idílico como se poderia julgar a princípio, implicando a verdade em tensões que é preciso considerar.

Em realidade, as menções a público na literatura política (e jurídica) brasileira são bem anteriores à propaganda republicana, remontando inclusive aos primórdios da colonização portuguesa e indicando toda uma tradição que derivou da romanização da Europa Ocidental. Em oposição a privado, público originalmente referia-se a tudo o que pertencia ou concernia a um povo: daí a conhecida definição de Cícero para *res publica* - "coisa pública" - onde, segundo Norberto Bobbio, "(...) por 'povo' se entendia não uma qualquer agregação de homens mas uma sociedade unida, não só por um vínculo jurídico, mas também pela 'utilitatis comunione'".¹

Designando a visibilidade de certas punições, público já aparece no direito português recolhido pelas Ordenações Afonsinas em meados do século 15: (...) *Daqui por diante nom seja algu Judeo tam ousado, que tenha alguus Chrisptãas, que com elles vivam, ou morem continuada-*

Luiz Felipe Falcão é professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

*Versão modificada do segundo capítulo de dissertação de mestrado intitulada "Visões do trabalho: dobraduras (a noção de trabalho no discurso das lideranças republicanas: 1880-1900)", apresentada no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

mente por soldada”, sob pena de multa, “e se bees nam houver, sera açoutado publicamente.”²

Público, portanto, não seria exatamente aquilo que pertenceria a todos, mas sim o que era observável ou mesmo utilizável por qualquer um e que, nessas condições, podia ser conhecido ou reconhecido pelo povo comum. E, de acordo com isso, público não representava precisamente o poder do Estado, privativo do monarca, mas apenas a sua exibição e exercício.

As críticas formuladas no continente europeu ao despotismo (e, depois, às monarquias de direito divino em geral), desde o século 16, as quais se confundem com as mudanças sociais e políticas associadas à ascensão da burguesia, promoveram importantes deslocamentos quanto ao sentido de público. Este, nos termos empregados por Jürgen Habermas, passa a configurar a reunião de indivíduos privados que, abordando temas de interesse geral numa esfera pública literária,

*(...) desenvolve uma consciência que articula contra a monarquia absoluta, a concepção e a exigência de leis genéricas e abstratas que, por fim, aprende a se auto-afirmar, ou seja, afirmar a opinião pública como única fonte legítima das leis (...).*³

Enquanto isto, a expansão de um setor público iniciada com a centralização política dos Estados modernos ganha rapidamente novos impulsos, seja em decorrência da competição no mercado mundial em formação, seja na esteira da maior complexidade exigida para a administração interna de cada país. A burocracia e a legislação se ampliam, novos ramos da vida social (como a saúde e a instrução) passam a ser incorporados pelas intervenções estatais, estradas e caminhos são abertos, mercados e penitenciárias construídos, promoções e instituições aparecem com apoio ou subsídio governamental, e mesmo o crescimento das cidades parece reiterar a cada momento a presença de autoridades que possam ser responsabilizadas pelo enfrentamento dos problemas que surgem. Não é pois de surpreender que, mesmo onde o liberalismo se afirmou como projeto político de caráter hegemônico, nenhum governo tenha deixado de lado as oportunidades de sofisticar a arrecadação de tributos ou de interferir em algum nível nas atividades econômicas, promovendo concessões, participando em conjunto com capitais privados de alguns empreendimentos, favorecendo (ou dificultando) a circulação de certas mercadorias, ou legislando sobre a obrigatoriedade do trabalho.

No caso do Brasil, o crescimento deste setor público caminhou mais velozmente que a formação de uma esfera pública literária em condições de transitar para uma esfera pública política identificada com aspirações burguesas de liberdade individual e comercial e de participação política. Aliás, a situação ambiente não se mostrava muito propícia à formação de qualquer tipo de esfera pública, até pelo menos a segunda metade do século passado. Não apenas a produção literária, artística ou jornalística, era muito limitada pela ausência de recursos e de indivíduos capacitados ou interessados (o percentual de alfabetizados não deve ter ultrapassado 20% da população total mesmo ao final do século), como sobretudo o escravismo reinante, a desconfiança frente a uma população composta por numerosos “desclassificados” e a fermentação das ex-colônias espanholas, criavam um receio nunca escamoteado ante a eventualidade de sérias perturbações da ordem.

Vista mais em detalhe, entretanto, a repugnância das elites brasileiras oitocentistas para com eventuais perturbações da ordem revela um temor quanto à perda do controle privado que exerciam, não apenas em suas zonas de influência econômica e política, mas também no próprio Estado. Em outras palavras, para além de um retardo e fragilidade na conformação de uma esfera pública literária em condições de se constituir como esfera pública política em oposição a um *Ancien Régime* ou a seus resíduos (o que seria sugerido por uma comparação apressada com os modelos europeus), encontra-se uma simbiose entre interesses privados e setor público, mesmo quando os indivíduos que correspondem a estes interesses privados se reúnem numa esfera pública política. Neste sentido, a esfera pública burguesa no Brasil não se afigura em oposição, mas entrelaçada e barganhando espaços de um setor público que se não era o de seus sonhos, jamais lhe atravessou o caminho impondo obstáculos intrasponíveis.

Havia, porém, tendências que atuavam numa direção algo distinta. A difusão das idéias liberais em circulação desde a segunda metade do século 18 produzia tensões nesta trama política. “Opinião pública” e “clamor público” são expressões recorrentes nos textos mais decisivos das revoltas e revoluções que, no Oitocentos brasileiro, adotaram o liberalismo para formular um elenco de reivindicações. O alcance desta atrativa temática, com sua ênfase na liberdade individual, nas reticências quanto à intervenção de fatores extra-econômicos nas relações de mercado, na crença um tanto mística acerca do pleno e livre emprego da razão, das conquistas do progresso material e intelectual e do triunfo da civilização, contagia, ao longo do século, inclusive personalidades das

mais diferentes correntes partidárias e das mais variadas preferências quanto à forma de governo e de regime político.

Mas, a seu lado, indissociável, vinham as declarações a favor da “ordem”, “ordem pública” ou “tranquilidade pública”, como a acautelar as prevenções dos proprietários de terras e escravos. E não era para menos, uma vez que estes proprietários gozavam de grande liberdade de movimento, inclusive na gestão dos “negócios públicos”: para eles destinava-se a maioria dos cargos de representação (eletivos ou não), assim como das posições administrativas.

Todavia, este tipo de apropriação do público pelo privado (ou, mais propriamente, do estatal pelos proprietários individuais) não pode ser confundida com um mero assalto a postos governativos ou a uma partilha voraz das rendas auferidas pelo Estado. Se é admissível supor que uma esfera pública burguesa era pouco desenvolvida (sempre em comparação com os moldes europeus), a relação dos proprietários privados com o setor público visava, em muitos sentidos, manter este último o mais distante possível de uma interferência mais incisiva na vida social. Como reconhecia Sales Torres Homem, numa carta de 1868, em meio a expectativa de um fim próximo para o conflito com o Paraguai,

*Se a guerra porém termina, infelizmente não termina a anarquia moral e política deste Brasil. Imensas, quase insaneáveis, são as dificuldades com que temos de lutar. Quais os culpados? Não teremos todos nos a nossa parte de responsabilidade na exagerada independência de ação, de que quisemos sempre e queremos gozar?*⁴

Assim, o crescimento de um setor público, de suas atribuições e manifestações, não seria encarado com simpatia e aprovação em quaisquer circunstâncias. Muitas vezes, aquelas atribuições e manifestações apareciam como um mal necessário, como um tributo a ser pago, a fim de que os interesses privados fossem preservados e o país se modernizasse. E, que outros sentimentos esperar por parte de proprietários particulares ante a observação de um setor público que incorporava seguidamente suas responsabilidades, como as de promover a justiça, a segurança e a instrução? Por mais que isso redundasse em benefício para alguns indivíduos privados, que passavam a contar com o prestígio dos cargos e o manejo de verbas e nomeações, a redução do mando em nível local ou geral era indisfarçável. Em outros termos, se a pilhagem das coisas públicas nunca foi apenas uma fantasia plebéia, por outro lado não há como negar que a publicização do que era até então um domínio

do privado erodia uma antiga e bem prezada autonomia no exercício do poder usufruído pelos proprietários privados.

Colocadas perante esses dilemas, as lideranças republicanas não avançaram muito no oferecimento de soluções originais. Em seus discursos (ainda que considerando as diferentes matrizes nas quais se inspiravam), elas também apelavam para a “opinião pública” e para a “ordem pública”. E, também entre elas podia-se encontrar um certo mal-estar quanto à expansão do setor público. Mas, como suas fontes de inspiração deslocavam-se sobretudo entre o liberalismo e o positivismo, algumas nuances acabavam por se realçar.

De imediato, cabe notar o empenho com que os republicanos perseguiram um ajuste com as novidades de seu tempo. Em seus livros e artigos, os autores da Antiguidade Clássica grega e romana cederam a primazia para pensadores mais recentes, como Montesquieu, Auguste Comte, John Stuart Mill e Herbert Spencer, ou para políticos de renome na Europa e Estados Unidos, como Gladstone e Washington.

Um propagandista de largas pretensões teóricas como Alberto Sales, por exemplo, recorria a Tocqueville (uma das preferências de Rui Barbosa e que, como Rui, não era exatamente um republicano) e a Stuart Mill em defesa da liberdade de opinião e do governo representativo.⁵ Já Silvío Romero aludia à “*exagerada compreensão da separação dos três poderes*” exposta por Montesquieu, com o objetivo de criticar o presidencialismo.⁶

Ao mesmo tempo, os recursos estilísticos empregados pelos republicanos incorporaram materiais e inovações que assombravam a época. Assim merecia aplauso a “*voz metálica*” de um orador que denunciava num *meeting* as mazelas do governo imperial. E até mesmo o ‘Manifesto Republicano’ de 1870 fazia questão de rememorar a “*corrente elétrica que perpassou pelas províncias*” entre 1824 e 1848, a qual tinha como “*foco*” de origem o sentimento de autonomia provincial e da federação, a fim de advertir a impossibilidade de atrelar-se “*ao carro do Estado dous locomotores que se dirigem para sentidos opostos*”: as “*conquistas da civilização*” e os “*frutos do obscurantismo*”.

É por demais evidente que essas imagens simbolizavam, de um modo ou de outro, os triunfos que se julgava terem sido obtidos pela ciência e pelo trabalho humanos, em ambientes que primavam pela liberdade de investigação, experimentação e discussão públicas. Uma tal percepção levava, aliás, quase que naturalmente, a tecer comparações entre o Brasil e outros países (como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos), cujo resultado não favorecia ao primeiro. Mas o surpreendente

flitos e revoluções onde as temáticas da participação política e dos direitos sociais cresciam de importância, seduzindo parcelas crescentes da população. Esta, segundo a ótica da época, poderia vir a cumprir diferentes papéis. De uma parte, instruída e civilizada, tornava-se apta a ser convertida em “público” ou “opinião pública”, no sentido de uma entidade genérica de onde emanariam as linhas mestras para a atuação governamental e de onde se exerceria uma atenta fiscalização daquela atuação. Mas, de outra parte, ainda não disciplinada e racionalizada, a população permaneceria como “multidão”, “povo” ou “plebe”, um aglomerado amorfo (embora numericamente expressivo e explosivamente perigoso) que, num país como o Brasil, contava ainda com pelo menos dois sérios agravantes: a mestiçagem racial e as máculas da escravidão, tatuadas nos corpos, corações e mentes.

Assim, não é de surpreender que a maior parte dos republicanos tenha modificado o seu discurso acerca do “público” e da “opinião pública”, uma vez instalado o novo regime. As dificuldades para a gestão de um território imenso, habitado por uma população tanto desconhecida pelos governantes quanto desconfiada perante suas idéias e métodos, os preconceitos herdados da tradição cultural ou introduzidos por um saber importado de centros intelectuais mais dinâmicos (e mais em moda) e, principalmente, os receios inspirados por “multidões” que ameaçavam a todo instante extravasar descontentamentos pelas brechas de um poder republicano fraturado por disputas e divergências, tudo isso concorria para consolidar a imagem de um “povo” desfigurado pelos vícios, pelas doenças do corpo e do espírito, pela falta de uma “vocaçao nacional”. Um “povo”, em suma, que não se mostrava em condições de ser reconhecido como “público”.

Alberto Sales, por exemplo, que preconizara com tanto ardor um governo representativo autêntico, cede com rapidez às prevenções correntes. Apenas um ano depois da proclamação, a teoria que justificava aquela forma de governo é considerada por ele “*absolutamente falsa, sem fundamento algum na ciência, nociva aos interesses do progresso e perigosa à manutenção da ordem*”.¹³

Ao mesmo tempo, as agitações sociais que convulsionavam, aqui e ali, a vida do País, são revestidas com uma roupagem degradante. No meio urbano, elas demonstrariam o caráter exótico de uma “questão social” transplantada de solo europeu para uma “terra generosa” que não tinha motivos para lhe dar guarida, ou exibiriam as marcas da truculência de um jacobinismo mal-adaptado, que não conseguia sequer articular uma plataforma merecedora de atenção. Quanto ao meio rural,

158

Anos 90

é que a Europa e os Estados Unidos não eram os únicos modelos a perseguir: havia pelas imediações, na própria América do Sul, um país em condições de servir como exemplo e que poderia ser imitado: a República Argentina. Para Alberto Sales, a agitada história política dessa nação era um sinal de vitalidade, a constatar beneficiamente com o pacífico e modorrento império brasileiro. Também Quintino Bocaiúva era conhecido pela sua admiração por essa nação latino-americana, tornando-se inclusive suspeito de favorecê-la num tratado de limites, quando Ministro das Relações Exteriores. E Rui Barbosa não poupava elogios para com a política argentina de incentivo à imigração espontânea, que demonstrava sucesso em atrair indivíduos comprometidos com o trabalho, por ter sido “*criada e alimentada pela influência de amplas instituições livres*”.⁷

Assim, os progressos do saber humano capazes de subjugar as forças da natureza, transformar as feições do mundo e impulsionar a civilização pareciam resultar de um compromisso íntimo entre a razão, de um lado, e de outro o trabalho livre, a liberdade individual e a publicidade das opiniões acerca dos mais diversos assuntos. É essa convicção que levava Quintino Bocaiúva exprimir-se nos seguintes termos em uma assembléia do Partido Republicano:

*Como não somos um partido de conspiração, mas um partido de discussão; como pretendemos reformar a sociedade e não convulsiona-la em agitações estéréis, a publicidade deve ser a nossa força.*⁸

Segundo Alberto Sales, no *Catecismo republicano* de 1885, a superioridade da república é incontestada, uma vez que ela “... favorece mais à conservação da ordem pública do que a monarquia (...) /porque/ é um governo de discussão e de publicidade”.⁹

E, num artigo de 1886, Julio de Castilhos assim fixa o ponto de vista a ser observado por seus partidários: “*Visamos a formação das opiniões, base fundamental da formação de uma maioria real, legítima e permanente*”.¹⁰

Antonio da Silva Jardim, entretanto, emprestaria algumas dissonâncias a esse discurso. Numa conferência pronunciada em 1888, por exemplo, ele procura explicitar com nitidez a sua concepção de público e opinião pública:

Cidadãos! Só os homens do povo podem governar os povos! (aplausos prolongados). Não pode levar as nacionalidades pelo caminho da

156

Anos 90

esta imensa incógnita que Canudos irá expor para surpresa e indignação geral, pouco havia a mencionar afora as constantes disputas locais.

Assim, o discurso da maioria das lideranças republicanas passa a revelar com clareza a intenção de impor limites a uma opinião pública que parecia prestes a ser envolvida por uma esfera pública plebéia. Neste sentido, as ebulições ocorridas ao longo do Governo Provisório e das presidências de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes talvez tenham contribuído para solidificar a convicção quanto a inevitabilidade de uma intermediação dos “chefes” nos processos políticos, a fim de domesticar as paixões e definir regras de conduta aceitáveis para as classes dirigentes. Em outras palavras, aquelas ebulições podem ter consagrado uma convicção segundo a qual a comunidade política não se caracterizava a partir de um pacto constitucional estabelecido entre cidadãos iguais em direitos e livres para o exercício de escolhas individuais mediante o voto, mas sim se confundia com as vontades e deliberações dos chefes políticos, os quais seriam representativos dos anseios e objetivos do conjunto da população.¹⁴

Quanto a isso, pode-se afirmar que a distorção do público, no âmbito do discurso republicano, alcança uma espécie de culminância sob a presidência Campos Sales. Adepto de uma concepção despolitizadora da vida pública e das ações governamentais, cuja orientação deveria pautar-se por critérios meramente administrativos, ele articula uma política de compromissos entre o poder central e as facções, então no comando político dos estados, de maneira a respaldar uma certa forma de dominação oligárquica onde a concessão de privilégios ao nível local se fazia em troca de apoio e sustentação ao governo federal. E, na defesa dessas idéias, Campos Sales é de uma transparência ímpar:

*Em que pese aos centralistas, o verdadeiro público que forma a opinião e imprime direção ao sentimento nacional é o que está nos Estados. É de lá que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, as ruas da Capital da Nação.*¹⁵

O “verdadeiro público” encontrava-se, pois, disperso nos vários estados, mas reunindo poder suficiente para “imprimir direção ao sentimento nacional” e governar a república. Em virtude disso, pode-se presumir que este seletivo grupo fosse integrado apenas por aqueles que participavam dos embates políticos em condições de autonomia e liderança, não se confundindo, assim, com a própria população.

Não é pois de estranhar que, passado algum tempo da vigência de

Anos 90

159

*glória aquele que jamais cansou o cérebro no labutar da idéia, ou calejou as mãos no trabalho honrado!... (Aplausos), para arrematar adiante: (... os povos hoje desejam ardentemente, de claro ou explícito modo, a instituição geral da República. A República, como o diz a palavra, é a coisa pública, de todos, é o governo do público, dos que vivem numa mesma época, o regime do bem público (...).*¹¹

Para Silva Jardim, portanto, o público dilata-se a um ponto de center em si o conjunto de um povo, a “*todos os que vivem numa mesma época*”, sendo este povo identificado preferencialmente com aqueles que trabalham, fatigando o cérebro ou calejando as mãos. A República, em decorrência disso, é o governo de todos os que trabalham, e, por conseguinte, orientada para o bem comum. O apelo à rua, às multidões, não poderia ser mais inequívoco, denotando um discurso voltado para uma esfera pública plebéia que vinha se constituindo, pelo menos desde o início da década de oitenta, como a revolta do vintém (1880) e os protestos contra as restrições da reforma eleitoral (1881), e que se robusteceu com a campanha abolicionista.

Uma referência algo distinta pode ser encontrada em Rui Barbosa. Num comício abolicionista realizado em 1887, ele acusa o governo pelos atentados que tinham por alvo aqueles que ousavam combater a escravidão por intermédio de uma campanha pública, e, respondendo à pergunta “*quem lucra com a desordem?*”, enunciada pelos governistas, afirmou:

*Lucram com a desordem os que dispõem do poder material para esmagá-la, aniquilando sob os excessos da repressão brutal os propagadores de uma opinião intolerável ao governo. Lucram com a desordem os governos desacreditados, que, vivendo apenas do viver, tendo violado todas as leis, faltado a todos os deveres, perdido toda a estima pública, necessitam de romancear revoluções...*¹²

Todavia, a adesão irrestrita de Rui Barbosa ao liberalismo impunha limites ao seu relacionamento com a opinião pública, especialmente quando esta ameaçava confundir-se com uma esfera pública plebéia, com a “*agitação das multidões*”. E, neste particular, Rui não estava sozinho. Ao final do século dezenove, os líderes políticos e os literatos de maior destaque observavam com muito cuidado o potencial crítico da “*força das ruas*”, uma vez que acompanhavam com atenção os desdobramentos, na Europa e em outras regiões do mundo, de sucessivos con-

Anos 90

157

uma tal política, Quintino Bocaiúva refira-se com uma ponta de amargura ao completo desprezo por parte do povo quanto à sorte dos pleitos eleitorais:

*Lamenta-se geralmente que as urnas sejam abandonadas, senão desprezadas, pelo povo; lamenta-se a indiferença dos cidadãos, senão o seu desprezo, pelo exercício do voto (...) não terão origem estes fenômenos na desconfiança ou antes na certeza de que as fraudes toleradas e sancionadas anulam o seu esforço patriótico e burlam o seu direito?*¹⁶

Em realidade, a única coisa de público que parece ter prosperado no início da República foi o denominado setor público, quer em termos da interferência na vida do povo comum, quer em termos da criação de novas instituições e empregos vinculados ao aparelho do Estado. Todavia, ao final dos 90, mesmo este setor público se viu envolvido por dificuldades: em meio a uma grave crise econômica e financeira, ele converteu-se num dos alvos privilegiados por um liberalismo implacável, o qual se propunha a satisfazer as imposições dos credores internacionais (representados pela casa bancária inglesa Rotschild) e a inserir o Brasil nos tempos modernos mediante uma reformulação do papel cumprido até então pelo Estado.

O comandante da ofensiva era, obviamente, o então presidente da República, Manoel Ferraz de Campos Sales, secundado por seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho. Este, já em 1897, quando ocupava o cargo de Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas na gestão de Prudente de Moraes, chamava a atenção para alguns aspectos da política econômica brasileira que, a seu ver, careciam de uma revisão urgente: o protecionismo e a industrialização a todo curso, o crescimento do número de aposentados (cuja verba no orçamento “*avoluma-se de modo aterrador*”), a “*tendência exagerada para o funcionalismo*”, cuja “*dispensa exige processos (...) difíceis e complicados*”, o que estaria levando “*alguns homens*” a cogitar da entrega para a iniciativa particular dos serviços de abastecimento d’água, correios e telégrafos, estradas de ferro, etc.

Murinho dizia acreditar que o crescimento de cada nação estaria sujeito a leis naturais, “*como todos os seres vivos*”, e por isto recomendava:

O interesse público está sempre na satisfação das necessidades mais urgentes da sociedade, e como estas são as mais bem distribuídas,

*como o capital procura espontaneamente a maior retribuição, ele por-se-á a serviço das necessidades mais urgentes da sociedade e sem ação governamental satisfará os interesses públicos ao mesmo tempo que aos interesses individuais.*¹⁷

Implantada essa linha de ação, a crise assumiu grandes proporções, com elevado custo social. A miséria estampou-se entre outras imagens disponíveis, na proliferação de “menores vadios” perambulando a esmo pelas ruas das cidades e pelos discursos de parlamentares e autoridades. Porém, ao findar seu mandato de quatro anos na chefia do governo, Campos Sales podia meditar satisfeito na poltrona do trem que o conduzia de regresso a São Paulo: os pagamentos aos credores externos foram regularizados, resgatando a “honra” do País, e as finanças internas haviam sido saneadas.

As vaías e protestos que contra ele dirigia a população aglomerada junto aos trilhos da via férrea forneciam-lhe a exata medida de sua popularidade. Mas isso, decerto, não abalava a confortadora sensação de ter cumprido com um dever patriótico. Absolvendo a si mesmo, podia então filosofar que:

*Pensam (...) de modo contrário os estadistas que julgam mais seguro deixar a serenidade do gabinete e ir à praça pública para resolver as grandes questões do Estado.*¹⁸

Em uma república desse tipo, um público crítico, fiscalizador e atuante tinha poucas chances de prosperar. Mas ainda assim, chega mesmo a causar espanto a insistência com que, em algum momento após o 15 de novembro, um público desse teor tenha sido golpeado impiedosamente.

É possível que este momento tenha sido aquele que se sucedeu à entrevista da comitiva que, sob a sacada da residência de Deodoro da Fonseca, exigiria, na tardinha daquele dia 15, a efetiva proclamação de uma república. Talvez não. De qualquer modo, outros marcos podem ser escolhidos, desde que se tenha em mente o fato de que a urdidura do golpe já havia prescindido de antemão de um público.

No entanto, ainda que isso possa ter sido intencional, não estava ao alcance das lideranças republicanas a faculdade de eliminar inteiramente este (ou qualquer outro) público. Esse objetivo, se é que existiu, ultrapassava em muito a força e os meios com que podiam contar. Afinal, um público era parte integrante e inseparável da civilização pela

qual tanto ansiavam e um efeito irreduzível de uma cultura política desenhada desde o início dos anos 80. E, se para o surgimento deste público os republicanos nem sempre contribuíram com o melhor de seus esforços, se a emergência de um público não estivera em dependência direta da propaganda republicana, não era viável à República triunfante qualquer pretensão de suprimir ao público como um todo. No máximo, uma esfera pública plebéia havia sido contida ao final de uma primeira refregia.

Seja como for, a República, tal como a Abolição, não modificaria de maneira radical as feições do País. A hora da emancipação ainda não soara, e sequer era previsível se algum dia chegaria enfim.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. BOBBIO, Norberto. "Público/Privado". In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 14, p. 177.
2. ORDENAÇÕES AFONSINAS, Manuelinas e Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. tomo 2, p. 422.
3. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 71.
4. Carta a Domingos Gonçalves de Magalhães, citada em "Política e Letras" por Tristão de Athayde, In: CARDOSO, Vicente Licínio. *A margem da história da República*. Brasília: UnB, 1981. v. 2, p. 53.
5. SALES, Alberto. *Política republicana*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1882. p. XI, 100-1, 132 e 142.
6. ROMERO, Sílvio. *Parlamentarismo e presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 1979. p. 4-5, 15 e 35.
7. Série de artigos intitulada "A imigração na República Argentina", In: BARBOSA, Rui. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde ou Ministério da Educação e Cultura, várias datas. v. 16, tomo 4, p. 2; SALES, Alberto - *Op. cit.*, p. 427 e 438. Notar que esta mesma admiração é nutrida por SALES, Manoel F. de Campos. *Discursos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. v.1, p.100-1.
8. BOCAIUVA, Quintino. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva* (Introdução, cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Eduardo Silva). Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v.1, p. 409.
9. SALES, Alberto. "Catecismo Republicano", In: VITA, Luiz Washington *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1965. p. 189.
10. 'Do Alto', In: CASTILHOS, Julio. *Idéias políticas de Julio de Castilhos*

- (Introdução, cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Paulo Carneiro). Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982. p. 88.
11. JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)* (discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligados, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978. p. 190.
 12. BARBOSA, Rui. *Op. cit.*, v. 16, tomo 1, p. 103.
 13. SALES, Alberto. "Observações preliminares à ciência política", In: PAIM, Antônio (org.) *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Brasília: Câmara dos Deputados/Ed. da Universidade de Brasília, 1981. p. 50.
 14. Ver, sobre isto, LESSA, Renato *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988. p. 21-2.
 15. SALES, Manoel F. de Campos. *Da propaganda à presidência*. Brasília: 1983, p. 127.
 16. BOCAIUVA, Quintino. *Op. cit.*, 1986, v.2, p.479.
 17. MURTINHO, Joaquim. *Idéias econômicas de Joaquim Murtinho*, Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 147 e também 156 e 164-8.
 18. SALES, Manoel F. de Campos, *Op. cit.*, p. 138.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Rui. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde ou Ministério da Educação e Cultura, várias datas. v. 14 tomo 1 e v. 16 tomo 4.
- BOBBIO, Norberto. "Público/privado". In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 4.
- BOCAIUVA, Quintino. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva* (Introdução, cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Eduardo Silva). Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *A margem da história da República*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.
- CASTILHOS, Julio de. *Idéias políticas de Julio de Castilhos* (Introdução, cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Paulo Carneiro). Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JARDIM, Antonio da Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)* (discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligados, anotados e prefaciados por Bar-

- bosa Lima Sobrinho), Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- MURTINHO, Joaquim. *Idéias econômicas de Joaquim Murinho*. Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- ORDENAÇÕES AFONSINAS, Manuelinas e Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- ROMERO, Silvío. *Parlamentarismo e presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SALES, Alberto. *Política republicana*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1882.
- SALES, Alberto. "Catecismo republicano". In: VITA, Luiz Washington. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1965.
- SALES, Alberto. Observações preliminares à Ciência Política. In: PAIM, Antonio (org.) *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Brasília: Câmara dos Deputados/Ed. da Universidade de Brasília, 1981.
- SALES, Manoel F. de Campos. *Discursos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.
- SALES, Manoel F. de Campos. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983.

TRABALHADORES E MÁQUINAS: REPRESENTAÇÕES DO PROGRESSO (BRASIL: 1880-1920)

Sandra Jatahy Pesavento

Provocando atração e repúdio, as máquinas se constituíram no objeto de um novo imaginário social que se impôs na civilização ocidental, a partir da segunda metade do século XIX, no contexto histórico da modernidade, norteado pelos ideais do progresso.

Todas as sociedades, ao longo de sua história, elaboram para si um sistema de idéias e imagens de representação coletiva através das quais elas estabelecem a sua identidade, hierarquizam valores, pautam condutas e estabelecem formas de coesão social. Parte-se do pressuposto, contudo, de que o imaginário social, assim constituído, não é um reflexo do real, mas uma sua representação. É certo que ele contém um fio-terra que o liga ao real, às condições concretas da existência e que lhe dá poderes de credibilidade. Mas o imaginário contém também um componente de intencionalidade, de manipulação do que se poderia chamar "ilusão do espírito", ou ideologia. Da mesma forma, o imaginário comporta uma dimensão de sonho, de desejo, de vir-a-ser, de inconsciente coletivo que todas as sociedades elaboram.

No contexto da modernidade, a noção de progresso é bem um exemplo deste jogo de representações.

No século XIX, o homem das cidades via, no seu cotidiano, as condições concretas de sua existência serem transformadas pelos novos inventos, pelo surgimento renovado de máquinas, pelas surpreendentes descobertas e avanços da ciência.

Em suma, o progresso era algo de concreto e palpável. Neste terreno, como não se deixar seduzir pelo discurso burguês que louvava as virtudes da sociedade capitalista, fazia apologia da técnica e prometia um mundo em tudo melhor que o atual? Por outro lado, a ideologia do

Sandra Jatahy Pesavento é professora no Departamento de História e do CPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.